

A ESCRAVIDÃO NO BRASIL, TAL COMO É DESCRITA PELOS AMERICANOS: 1822-1888 (*).

I

Se o povo americano, nos fins do século XIX, se preocupasse em aumentar os seus conhecimentos sobre o Brasil, poderia fazê-lo facilmente, mesmo sem ter necessidade de aprender uma língua estrangeira. De 1822 a 1888, a partir da Independência até a Abolição da Escravatura — período este que corresponde, quase exatamente, à duração do Império — cerca de 20 livros sobre o Brasil foram publicados por americanos. No entanto, esses não foram os únicos livros a esse respeito, porque os ingleses também escreveram sobre o Brasil — na realidade, eles escreveram mais do que nós — e os seus livros eram acessíveis neste lado do Atlântico.

A produção combinada das duas nações era considerável, e a curiosidade que a mente anglo-saxônica refletia apresentava o Brasil sob uma grande variedade de aspectos, ao leitor norte-americano. Havia os três compactos volumes sobre o período colonial brasileiro, escritos por Robert Southey, o laureado poeta inglês — muito melhor como historiador do que como poeta — e os dois volumes, continuados por John Armitage, que não era nem historiador nem poeta, mas um amante da liberdade. Havia a narrativa pessoal de Maria Graham, sobre o movimento da Independência, e os dois volumes recreativos, de Henry Walter Bates, sobre o fabuloso mundo amazônico. O professor C. F. Hartt, de Cornell, estudara a geologia do Brasil, onde não havia terremotos, porque a terra era muito velha. Podemos citar, ainda, as divagações de outro professor de ciências, Louis Agassiz, de Harvard, o estudioso suíço, que se naturalizou norte-americano. Os inconformados su-

(*) . — Texto em inglês, traduzido por Zilah de Arruda Novaes (Nota da Redação).

listas (1) do **carpetbag millennium** (2) poderiam achar confôrto nos livros de John Codman e do Reverendo Ballard S. Dunn, repletos de recordações de tempos mais prósperos e estáveis. Os reverendos D. P. Kidder e J. C. Fletcher, ambos Não-Conformistas, afrontaram a Igreja estabelecida, distribuindo o **King James**, em tradução portugueza e folhetos, também na língua vernácula, descrevendo as vantagens de uma cristandade pura. No entanto, conservaram os olhos abertos para tudo, e escreveram muito bem sôbre o país. As revelações de Thomas Ewbank, sôbre a ímpia aliança, estabelecida entre Roma e o Demônio, não surpreenderiam as pessoas bem equilibradas, menos ainda os **Halleluiahs Christians** da seita **Bible Belts**, mas pessoas com inclinações iguais às de Mr. Ewbank sentiram-se felizes com o pensamento de que, também elas, tinha sido levadas em consideração.

As atrações que o Brasil oferecia aos norte-americanos do século XIX eram bem maiores do que as que oferece atualmente. No fim de contas, o Brasil era uma Monarquia, a única Monarquia verdadeira do Novo Mundo. A idéia de Monarquia nos era particularmente desagradável, e fazia parte da boa política nacional propalar a superioridade da República. Mr. H. M. Brackenridge, secretário da missão enviada pelo Governo Norte-Americano à América do Sul, em 1817-1818, época em que a Côrte Portugueza se refugiara no Brasil, fugindo de Napoleão, disse abruptamente, com a franqueza que nos é característica:

“A Monarquia não é a forma de govêrno, que gostaríamos de ver prevalecer na América...” (3).

De fato, a crise nas nossas relações com a Grã-Bretanha, sôbre o disputado território do Oregon, levou Mr. Ewbank, em 1845, a falar pelo povo americano, no discurso do nosso tradicional **Party Line**:

- (1). — Em inglês: *unreconstructed Southerners*. Depois da Guerra Civil, houve um período de reconstrução do Sul, promovido pelos Estados vencedores. Os sulistas que não concordaram com essa reconstrução, feita nos moldes dos Estados do Norte, ficaram conhecidos pela expressão mencionada (*Nota do tradutor*).
- (2). — Literalmente, “o milênio da mala feita de tapete”. *Carpetbag* significa uma espécie de mala de viagem que logo depois da Guerra Civil, era muito popular entre os políticos do Norte, que vinham ao Sul fazer campanha política entre os recém-libertos escravos. A expressão passou, então, a ser depreciativa, significando aquêles políticos oportunistas do Norte. *Carpetbag millennium* significa, então, o período em que êsses políticos predominaram (*Nota do tradutor*).
- (3). — H. M. Brackenridge, *North American Pamphlet on South American Affairs*, Londres, 1818, pág. 47.

“Era sentimento universal”, disse êle, “que nenhum outro palmo de terra da América do Norte deveria ser manchado pela Monarquia; aqui, aconteça o que acontecer, o povo deveria se libertar do mal dos governantes hereditários, da progenitura, de tributos, e de um Estado clerical” (4).

No entanto, apesar do nosso orgulho republicano, nós estávamos intrigados com a Monarquia, e muito curiosos com as suas artimanhas.

A presença do Imperador do Brasil na abertura da Exposição de Filadelfia, em 1876, causou agitação, mas muita gente ficou desapontada, porque o primeiro soberano que pisou o solo livre da América do Norte, não apareceu vestido da maneira por que seria apresentado pelo Museu de Madame Tussaud: tôda a indumentária imperial — corôa, cetro, calções bufantes, escarpins, e envôlto no manto estatal, com as côres nacionais brasileira.

“Teria sido a sua morte, sem dúvida, vê-lo, com o calor que tivemos”, escreveu o **New York World**, “caminhar metido em roupas de veludo vermelho, com uma corôa de diamantes na cabeça: e, ainda que considerado simplesmente como um imperador, isto é, como uma novidade neste país, nove em dez americanos, sentir-se-iam mais satisfeitos, se êle tivesse feito isso”.

Ao invés disso, D. Pedro preferiu ir à sua maneira, alimentando a ficção do Velho Mundo, de que viajava incógnito (como se fôsse um Grão-Duque russo, num feriado em Monte Carlo), e sem cessar de examinar as maravilhas técnicas da nossa civilização, desde os gasômetros, até as estações para tratamento de esgotos, desde New York a São Francisco. E, nessa longa viagem, provàvelmente por ter dado a impressão de ser bastante democrático, tornou-se tão popular entre os norte-americanos, quanto já o era entre os republicanos bem conhecidos, como Victor Hugo, por exemplo. Quando Sua Majestade embarcou para a Europa, no pôrto de New York e no seu navio, levava, como disse o **New York Herald**,

“o maior respeito e estima do povo norte-americano”.

Anos mais tarde, no funeral de Eduardo VII, Theodore Roosevelt disse ao neto do Imperador que nunca seria capaz

(4). — Thomas Ewbank, *Life in Brazil; or A Journal of a Visit to the Land of the Cocoa and the Palm. With an appendix, containing illustrations of Ancient South American Arts in recently discovered implements and products of domestic industry, and works in stone, pottery, gold, silver, bronze, etc.*. New York, 1856, pág. 17.

de compreender duas revoluções: a que expulsara Luís Filipe de França e a que destronara D. Pedro II, no Brasil (5). Por essa ocasião, já tínhamos aceito a idéia da existência de uma monarquia neste hemisfério.

O nosso interêsse pela monarquia estava mais do que relacionado com o nosso interêsse pela escravidão e, entre as nações do Oeste, só o Brasil é que a continuava tolerando, mesmo depois de nós a têmos abolido. Teríamos muitas reflexões morais a êste respeito, e algumas pessoas gostavam de usar o Brasil como um exemplo em nosso benefício. A espécie de lição que o Reverendo Ballard S. Dunn,

“Reitor da Igreja de São Filipe, em New Orleans e, depois, do Exército Confederado”,

tinha em mente, era mostrar, por inferência, que o Velho Sul era uma flor delicada, destruída pela força bruta. A lógica dêste recurso era muito grande. Uma vez que o Velho Sul estava além de qualquer possibilidade de Reparação, pois

“os sulistas, por importantes motivos (6), estão encarando sèriamente a possibilidade de emigrarem”,

poder-se-ia constituir novamente a sociedade que julgassem melhor, no único país em que isto ainda seria possível, porque a escravidão ainda existia. Por êste motivo, o livro de Mr. Dunn estava cheio de fatos e cifras, que os futuros imigrantes do seu país deveriam conhecer a respeito do Império do Brasil, juntamente com paisagens nostálgicas, destinadas a fazermos desejar aquilo que já pertencia ao passado. As baixelas de prata, que viu em algumas das Casas-Grandes do Norte do Brasil, por exemplo:

“embora fôsem as mais maciças que já vi, lembraram-me, com tristeza, aquela antiga e estimada baixela de prata que herdamos e que, de acôrdo com uma carta da minha irmã, escrita muito antes da rendição, fôra arrancada dela e das mãos da minha mãe, pelos galhardos oficiais e homens que, graças ao auxílio recebido da Europa e da África, finalmente conseguiram invadir e arrazar o meu Torrão natal” (7).

(5). — Manuel de Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*, Rio de Janeiro, 1937, pág. 19.

(6). — Rev. Ballard S. Dunn, *Brazil, the home for southerners: or, a practical account of what the author, and others who visited that country, for the same objects, saw in that empire*, New York, 1866, pág. i.

(7). — *Ibid.*, pág. 27.

Da mesma forma que o Rev. Dunn, o capitão do vapor John Codman era um partidário entusiasmado do Sul mas, ao contrário do primeiro, não via nenhum futuro no Brasil e, em consequência, não poderia considerar esse país como um refúgio conveniente para os agricultores sulistas. Havia, também, diferenças de estilo: enquanto o Rev. Mr. Dunn escrevia com uma romântica ingenuidade (como, por exemplo, as referências ao serviço de prata, das casas do Norte do Brasil), Mr. Codman escrevia com apaixonada sinceridade. Era um perfeito exemplo da arrogância anglo-saxônica do século XIX, e o seu estado de espírito era tal, que não via necessidade de pedir desculpas,

“nem aos seus compatriotas, nem aos ingleses, pelas suas opiniões sobre “a questão do negro”, idéias essas, aliás, que coincidiam com as dos navegantes em geral” (8).

Na verdade, êle era muito exaltado nas suas opiniões. Pretendia conhecer o Plano Divino em, pelo menos, algumas das suas particularidades, e deduzir desta convicção que o

“cruzamento de dois tipos de sangue, que o Onipotente nunca pretendeu juntar” (9),

levaria o Brasil à desgraça.

“Erguer-se-ia o Brasil da sua condição presente, para ser um membro digno da grande família das nações, ou afundaria, cada vez mais, até alcançar os abismos da degradação?” (10).

Os emigrantes brancos poderiam restabelecer o equilíbrio a favor da salvação, mas o Brasil não deveria esperar nada dos emigrantes portugueses. Êles são grandes

“adeptos da miscegenação”,

e fariam no Brasil o mesmo que já tinham feito na China e na Índia, a saber: levar

“a raça humana a um nível abaixo do orangotango” (11).

E, a respeito dos italianos? Mr. Codman também era contra êles.

(8). — John Codman, *Then months in Brazil: with notes in the Paraguayan War*. Reimpresso da Edição Americana, Edimburgo, 1870, pág. 4.

(9). — *Ibid.*, pág. 176.

(10). — *Ibid.*, pág. 132.

(11). — *Ibid.*, pág. 132.

“Os italianos”, dizia, “não podem ser considerados colonizadores. Trazem os seus realejos, compram macacos, trabalham com eles durante alguns anos, e voltam para casa” (12).

Não, o futuro pertencia à raça anglo-saxônica, e o progresso que chegava até a América do Sul, seria para o “benefício supremo” dos sucessores naturais dos lúbricos habitantes do continente.

“Nós, os anglo-saxões, pavimentamos e iluminamos as suas ruas, enchemos os seus rios de vapores, cortamos os seus campos com estradas de ferro... Tudo isso, essa grande raça está fazendo, não para benefício da América do Sul, mas para a ocupação dos seus próprios filhos, que, quando todos esses Cananeus tiverem desaparecido, entrarão e se apossarão da terra” (13).

A maioria dos observadores americanos era mais comedida nos seus comentários e, muitas vezes, completamente imparciais, mas estavam tão seguros da sua superioridade, quanto Mr. Codman. Uma pessoa modesta, mesmo que tivesse essas convicções, não poderia, decentemente, insistir sobre as suas próprias virtudes. Em compensação, como o Rev. Daniel P. Kidder tinha o hábito de fazer, poderia censurar as insuficiências dos outros. Eram tão rígidos os padrões morais do Rev. Kidder, que ele se abstinha de elogiar os ingleses que partilharam da sua cabine, numa viagem de barco, costa acima, desde o Rio (embora fôsem admiráveis sob muitos outros aspectos), por causa das suas inclinações

“pelo tolo jôgo de cartas, pela bebida forte e, pela linguagem desabrida...” (14).

A sensibilidade do Rev. Mr. Kidder, um Não-Conformista intransigente e decidido, não era a de um homem do mundo — o próprio Mr. Codman não era contrário ao uso da Água de Colônia, quando a ocasião exigia uma forte defesa contra o mau cheiro — e é inconcebível que um homem de tal sobriedade estivesse em condições de perceber a distinção de outro inglês, cuja fina educação era evidente a uma pessoa menos respeitável, pelo fato de, ao comer, usar raramente o seu garfo,

(12). — *Ibid.*, pág. 135.

(13). — *Ibid.*, pág. 213.

(14). — Daniel P. Kidder, *Sketches of residence and travels in Brazil, embracing historical and geographical notices of the empire and its several provinces*, Filadélfia, 1845, II, 14.

“mas apanhar os bocados, com um pedaço de pão”
(15).

Este assentimento de superioridade expressava-se, especialmente, quando assuntos religiosos eram discutidos. Naturalmente, ninguém duvidava da sabedoria da Divina Providência, ao fazer os norte-americanos protestantes, ou a conveniência de desmascarar as superstições da fé católica romana. Thomas Ewbank, por sua vez, sentia-se satisfeito pelas coisas serem assim, e sentia prazer em salientar os

“mistérios e cerimônias pagãs”,

do catolicismo romano (16). O seu objetivo, ao fazer isso, era muito simples: mostrar que o catolicismo-romano,

“que existe no Brasil, e na América do Sul, em geral”, constituía “uma barreira para o progresso e que, comparados com este, os outros obstáculos são pequenos...” (17).

Este também era o pensamento de Mr. Codman, e êle, dificilmente, poderia conceber

“que as classes mais educadas acreditassem na eficácia de tôda esta pantomima” (18).

Que lástima o Brasil não ter sido colonizado pelos protestantes, que invadiram o Rio de Janeiro, em meados do século XVI, comandados por Nicholas Durand de Villegaignon. Como C. S. Stewart, foi obrigado a dizer:

“ante a riqueza, a força e a crescente prosperidade dos E. U. A., conseguidas ao cabo de dois séculos de colonização, levada a efeito por alguns grupos esparsos de protestantes... Não há presunção alguma em acreditar que, se um povo de fé, moral, hábitos de trabalho e capacidade de empreendimentos semelhantes, tivesse conquistado uma posição duradoura num clima favorável e num solo tão exuberante, de há muito que o interior, ainda deserto, inexplorado e impenetrável, teria vicejado e florescido como uma rosa e o Brasil desde a costa até os Andes, ter-se-ia transformado num dos jardins do mundo” (19).

(15). — William S. W. Ruschenberg, *Three years in the Pacific; containing notices of Brazil, Chile, Bolivia, Peru, etc. in 1831, 1832, 1833, 1834. By an officer in the United States' Navy*, Londres, 1835, I, 91.

(16). — Ewbank, *op. cit.*, pág. vii.

(17). — *Ibid.*, págs. viii-ix.

(18). — Codman, *op. cit.*, pág. 166.

(19). — C. S. Stewart, *Brazil and La Plata: the personal record of a cruise*, New York, 1856, págs. 85-86.

Observações como essas pareciam, naturalmente, destinadas a despertar a cobiça religiosa dos protestantes americanos; e, muitos dêles, passaram a se interessar por um país onde os missionários protestantes tinham permissão para ingressar livremente, e onde, uma vez que a imoralidade do clero romano era tão conhecida, poder-se-ia alimentar a esperança de que as condições fôsse suficientemente más, para tornar possível uma renovação pela Reforma. Em certos meios, o estabelecimento, no Brasil, dos sulistas descontentes com o resultado da Guerra Civil, que acabara com a escravatura, foi considerado como um modo prático de demonstrar aos brasileiros a superioridade da religião e da técnica anglo-saxônica. Mas, nem tudo correu como desejaríamos, e o fracasso dos emigrantes norte-americanos mostrou que não seria fácil o estabelecimento dos nossos padrões religiosos e do nosso progresso material, no Brasil. Mr. Codman censurou os especuladores, que colocaram, de modo atraente, o Brasil à frente do “arruinado Sul”, sem pesar as conseqüências da sua sedutora comparação (20). Poucos “cavalheiros” sulistas, disse, recuperaram o seu capital e foram bem sucedidos em realizar grandes plantações.

“Mas, os emigrantes na sua maioria, são muito preguiçosos para trabalhar, e muito orgulhosos para pedir qualquer coisa além de uma passagem de volta” (21).

Foi assim que Mr. Codman compreendeu o fracasso dos seus compatriotas. Outras pessoas poderiam ter concluído que, para assegurar aquêlê grau de sucesso, que a presunção nacional considerava como seu dever obter, seria necessário algo mais do que o simples estado de espírito e o equipamento material dos nossos protestantes sulistas.

Em resumo, havia boas e sólidas razões para o interêsse que os norte-americanos do século XIX mostravam pelo Brasil e pelo fenômeno brasileiro: e é fácil compreender por que razão os livros sôbre o Brasil, acessíveis a êles, deixavam muito a desejar. Hoje, não seria surpreendente a idéia de que os norte-americanos que escreveram sôbre o Brasil, não foram, em matéria de raça e religião, observadores melhores do que poderiam ter sido, dada a simplicidade do preconceito dominante, ou que, dificilmente, estivessem em posição de, neste terreno, observar além das suas próprias insuficiências. Mas, quando escreveram sôbre a escravidão, estavam pisandô um terreno mais firme e familiar, e, embora o que tinham dito sôbre o que

(20). — Codman, *op. cit.*, pág. 41.

(21). — *Ibid.*, pág. 184.

observaram a respeito desse fato no Brasil, não seja a história completa, representa uma contribuição bastante grande.

II

O primeiro recenseamento geral do Brasil somente foi feito em 1872. O processo usado deixou muito a desejar (da mesma forma que a exatidão da contagem), mas, antes dessa época, as cifras relativas à população do país eram menos precisas ainda. Adam Smith, que tinha o Brasil em alta consideração, observou no seu *Wealth of Nations*, 1776:

“não cremos que alguma colônia na América tenha um número tão grande de habitantes de origem européia” (22),

mas não entrou em pormenores. Há diversas estimativas para essa população, durante o período colonial, e sabemos que muitos portugueses estabeleceram-se no Brasil, durante o século XIX, ocasião em que o desenvolvimento da mineração do ouro e do comércio, em geral, tornou essa fixação econômica interessante. No entanto, faltavam dados adequados e completos. A estimativa citada por Balbi dá ao Brasil, em 1819 (nas vésperas da Independência), um total de 3.617.900 habitantes, distribuídos da seguinte maneira: 843.000 brancos; 359.400 índios; 426.000 mestiços livres; 202.000 mestiços escravos; 159.500 negros livres e 1.728.000 negros escravos (23). No mesmo ano, Veloso de Oliveira estimou a população do país em 4.396.132 habitantes, incluindo 800.000 índios não domesticados (24). O recenseamento de 1872 indicou uma população total de 10.112.061 de indivíduos (25), destes, 3.818.403 estavam arrolados como brancos, 3.833.015 como mestiços e 1.970.609 como pretos (26). Em 30 de setembro de 1873, a população escla-

(22). — *Modern Library, edition*, pág. 536.

(23). — Adrien Balbi, *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, et suivi d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*, II, Paris, 1822, 229 e n.

(24). — Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, *A Igreja do Brasil ou Informação para servir à divisão dos bispados, projetada no ano de 1819, com a estatística da população do Brasil, considerada em todas as suas diferentes classes, na conformidade dos mapas das respectivas províncias, e número de seus habitantes*, in “Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil”, XXIX, 1a. parte, Rio de Janeiro, 1866, págs. 178-179.

(25). — *Anuário Estatístico do Brasil*, VI, Rio de Janeiro, 1946, pág. 21.

(26). — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (Comemorativo do primeiro centenário da Independência). I. Rio de Janeiro, 1922, 281.

va foi estimada em 1.540.796 indivíduos (27). O segundo recenseamento geral do Brasil foi feito pouco mais de um ano após a queda da Monarquia, a saber: em 31 de dezembro de 1890. Foi contado um total de 14.333.915 indivíduos (28), assim distribuídos: 6.302.198 brancos, 4.638.495 mestiços e 2.097.426 pretos (29). De acôrdo com o relatório oficial, em 30 de junho de 1885, havia 1.333.228 de escravos (30). Três anos depois o ato de Abolição libertou cêrca de 800.000 negros (nesta época só os negros é que ainda eram escravos), em grande maioria nas províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, onde se concentravam cêrca de três quartos da população escrava do Brasil (31). Era o que restava, nesse dia histórico, dos 3.100.000 escravos (estimativa), que o Brasil recebera da África, antes de 1850 (extraído de uma estimativa total de mais de 10.000.000 de negros, embarcados para o Novo Mundo) (32).

Até março de 1830, quando a Convenção de 1826, assinada com a Grã-Bretanha, para terminar com o comércio de escravos, entrou em execução no Brasil, o tráfico de escravos africanos era considerado como um negócio legítimo, era praticado abertamente. Tratava-se de um comércio muito lucrativo. De acôrdo com o Rev. C. S. Stewart, de 1809 a 1829, mais de 20.000 escravos chegavam anualmente, de vários lugares. E, em 14 de abril de 1829, êsse autor afirmou que, nesse ano, deveria ser transportado o triplo dêsse número; 13.000, pelo menos, já tinham entrado desde janeiro.

“Os navios chegam diàriamente”, relatou Mr. Stewart, “cheios de negros, e, a qualquer momento, grupos de recém-desembarcados, quase nus, podem ser vistos, com os seus feitores, em qualquer parte do Rio de Janeiro” (33).

Infelizmente, nem a convenção de 1826, nem as leis de 1831 e 1850, conseguiram acabar com êsse lucrativo tráfico: e, de 1830 a 1850, cêrca de um milhão de escravos foi clandestinamente introduzido no Brasil (34). Já em 1846, o Rev. Walter Col-

-
- (27). — C. C. Andrews, *Brazil, its condition and prospects*, New York, 1887, págs. 311-312.
- (28). — *Anuário Estatístico do Brasil*, VI, pág. 21.
- (29). — *Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil*, I, pág. 281.
- (30). — Andrews, *op. cit.*, pág. 329.
- (31). — Basílio de Magalhães, *Manual de história do Brasil*, Rio de Janeiro, 1946, pág. 354 n.
- (32). — Roberto Simonsen, *História econômica do Brasil, 1500-1820*, I, São Paulo, 1937.
- (33). — C. S. Stewart, *A visit to the South Seas, in the United States ship Vincennes, during the years 1829 and 1830; including scenes in Brazil, Peru, Manilla, the Cape of Good Hope, and St Helena*, Londres, 1832, I, págs. 80-81.
- (34). — W. D. Christie, *Notes on Brazilian questions*, Londres, 1865, pág. 81.

ton relatava que de 10 a 15 mil negros ainda eram importados anualmente (35). Este tráfico de escravos africanos para o Brasil só terminou com o Ato de 1854, depois de ter existido durante quase 350 anos. Desde então, o mercado brasileiro de trabalho, para subsistir, foi obrigado a depender dos escravos nascidos no país.

Os escravos, freqüentemente, eram vendidos em leilão, e Thomas Ewbank, em 1846, assistindo a um desses espetáculos no Rio de Janeiro, desgostou-se profundamente.

“...não se emprestava mais consideração aos sentimentos das vítimas”, disse êle, “do que se daria a cavalos”. Pela primeira vez na sua vida, êle vira “ossos e músculos de um homem, com tudo que lhe lhe pertence, ser pôsto à venda, e o seu corpo, alma e espirito ser entregue a quem fêz o lance mais alto...” “...pelo que vi”, acrescentou êle, “...“seria”... “incomparavelmente melhor... para muitos terem tido a cabeça esmagada quando jovens, a sua pelé convertida em cola e os seus ossos em negro de marfim, do que suportar durante tôda a vida tal sofrimento” (36).

Mr. Ewbank também deplorava a tendência, geral e inevitável, da escravatura, de considerar vergonhoso o trabalho braçal. Por que trabalhar, quando os escravos podem fazer isso por você? (37). Esta também era a impressão do Rev. Mr. Stewart. Os brasileiros costumavam lhe dizer:

“Deixe que os negros trabalhem... e, aquilo que não fôrem capazes de fazer, que não seja feito” (38).

Era esta, mais ou menos, a situação sob a escravatura, mas havia outro lado mais divertido, conforme o Rev. Mr. Kidder descobriu. Era essa a situação de um português retirado dos negócios, um homem de posses que, embora vivesse com distinção na sua casa de campo, nos subúrbios do Rio, esgotava tôdas as suas energias procurando trabalho para seus 8 ou 9 escravos não ficarem ociosos (39).

Só os negros — especialmente escravos — é que serviam de carregadores, e havia uma procura constante de carregadores

(35). — Rev. Walter Colton, *Deck and port ou Incidents of a cruise in the United States frigate Congress to California, with sketches of Rio de Janeiro, Valparaíso, Lima, Honolulu, and San Francisco*, New York, 1850, pág. 111.

(36). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 284.

(37). — *Ibid.*, pág. 184.

(38). — Stewart, *Brazil and la Plata*, pág. 157.

(39). — Ewbank, *op. cit.*, p. 115.

no Rio, cidade que era o centro comercial do Império. Os negros eram os

“veículos de carga ambulantes” do Rio (40), “as bestas de tração e de carga” (41).

Transportavam dos navios ancorados na baía, e para êles, tôdas as mercadorias exportadas e importadas, pelo pôrto mais movimentado do Brasil,

“Quando se conta ao leitor... como o Rev. Mr. Kidder está fazendo agora, que todo trabalho é realizado por mãos humanas — que raramente um carro ou uma carreta era usada, na cidade, para êsses fins, a menos que também fôsse puxado por negros, como acontecia quando as cargas eram muito pesadas — êle estará preparado para imaginar multidões de negros, com fardos nas cabeças e movendo-se em tôdas as direções” (42).

Nenhum objeto era considerado muito grande para os negros, nem mesmo um piano ou sacas e sacas de açúcar ou de café; mas êsse abuso, muitas vêzes, tinha graves consequências. O professor Agassiz viu muitos

“negros, ainda na flor da idade, bastante arcados e aleijados, que não podem andar sem o auxílio de um bastão” (43).

Todos os outros serviços braçais no Rio eram feitos, também, pelos escravos. Carregavam jarros cheios de água, em intermináveis procissões, dos chafarizes das ruas às casas dos patrões; tôda a água usada pelas famílias — para cozinhar, beber e tomar banho — era obtida dêsse modo (44). Também cabia a êles esvaziar os orinóis da capital inteira.

“Carregados nas cabeças dos escravos, os orinóis eram esvaziados em certas partes da baía, tôdas as noites, de modo que, depois das 22 horas, não era nem agradável, nem seguro caminhar pelas ruas. Neste particular, nada distinguia o Rio de Lisboa ou de Edimburgo” (45).

O Rev. Mr. Colton também achou essa prática chocante, mas ofereceu uma sugestão para uma mudança para melhor.

(40). — Colton, *op. cit.*, pág. 89.

(41). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 115.

(42). — Kidder, *op. cit.*, I, pág. 68.

(43). — Prof. e Mrs. Louis Agassiz, *A Journey in Brazil*, Boston, 1868, págs. 65-66.

(44). — Ewbank, *op. cit.*, 357.

(45). — *Ibid.*, pág. 88.

“A deusa Cloacina”, disse, deveria visitar o Rio e “erguer os seus altares debaixo da terra, onde devem estar, ao invés de tê-los transportado nas cabeças dos negros, nas sombras da noite, emitindo exalação suficiente para fazer torcer o nariz a um homem que esteja na lua” (46).

Os escravos eram os vendedores ambulantes do Rio, mas nem todos estavam em condições de desempenhar essas funções, mais finas e de maior responsabilidade; somente

“aquêles escravos, de ambos os sexos, de melhor aparência e mais joviais...” (47). Praticamente tudo era vendido por êsses ambulantes: “Legumes, frutas, raízes, comestíveis, aves, ovos e tôda sorte de produtos rurais; bolos, pastéis, biscoitos, doces, confeitos, “toicinho excelente” etc. E’ o que nos conta Mr. Ewbank, em 1846. “O seu cozinheiro quer uma caçarola. E’ só prestar atenção; o sinal do caldeireiro é, logo, ouvido. A sineta é um tacho, e o badalo um martelo. Uma moringa quebrou-se; não importa, dentro de meia-hora o vendedor adequão estará à sua porta. Se você desejar reforçar o seu material de mesa, com novos jogos de facas, copos mais modernos, vasos e pratos e, mesmo, um galheteiro e alguns artigos de prata, não terá de esperar muito tempo. Se os vendedores de cutelaria, vidros e porcelanas ainda não passaram pela sua porta, êles passarão logo mais. O mesmo acontece com todos os artigos do vestuário feminino, desde vestidos ou xales de sêda até lenços e alfinetes. Sapatos, chapêus já prontos, jóias de fantasia, livros de brinquedo para crianças, novelas para jovens e obras pias para os devotos; **Arte de Dançar**, para os desajeitados; **Lições de Indumentária**, para os jovens; **Manual de Etiqueta**, para os menos educados; **Oráculo das Jovens**; **Linguagem das Flores**; **Relíquias Sagradas**; **Milagres dos Santos** e **Um Sermão em Honra a Baco** — tôdas essas coisas, e centenas de outras mais, eram oferecidas de porta em porta, diariamente”. Vendiam com tal alarido, acrescentou Mr. Ewbank, que os “pregões de Londres eram bagatelas, em comparação com os da capital brasileira (48).

Parecia sem limites a capacidade dos negros aprenderem as habilidades dos brancos. Também serviam de barqueiros, para transportar passageiros pela baía.

“Em geral, tinham canoas e barcos”, escreveu o Rev. Mr. Kidder, “pelos quais eram pessoalmente responsáveis,

(46). — Colton, *op. cit.*, pág. 123.

(47). — Kidder, *op. cit.*, I, pág. 98.

(48). — Ewbank, *op. cit.*, págs. 92-93.

dévendo pagar aos seus donos uma quota diária, além do que poderia ser necessário para a sua subsistência” (49). Entregaram-se rapidamente a outras profissões, também. “Também vi escravos trabalhando como carpinteiros, pedreiros, tipógrafos, pintores ornamentais e de letreiros, fabricantes de carruagens e de armários, fabricantes de ornamentos militares, de lâmpada, de objetos de prata, como joalheiros e litógrafos”, relatou Mr. Ewbank, em 1846. “Também há escultores em pedra e imagens santas em madeira; admiravelmente feitas por escravos e prêtos livres... Em tôdas as profissões encontramos artífices e aprendizes negros” (50).

A procura de mão de obra especializada era tão grande, que os Padres Carmelitas acharam mais lucrativo mandar os seus escravos como aprendizes na cidade do que empregá-los em trabalhos agrícolas, nas suas fazendas (51). De fato, alugar escravos era uma prática bastante comum. Conforme Mr. Ewbank observou no Rio,

“centenas e centenas de famílias têm um ou dois escravos, de cujo rendimento elas vivem” (52).

Êsses “pretos de ganho” eram mandados à procura de trabalho, pelos seus proprietários, e eram obrigados a pagar uma cota diária (53). No Pará, de acôrdo com o tenente William Lewis Herndon,

“os donos de escravos homens..., em geral, exigiam quatro ou cinco tostões, por dia, de cada um (um dólar valia vinte tostões), sem se incomodarem com a maneira pela qual êles ganhavam êsse dinheiro. Os escravos organizavam-se em grupos ou companhias, elegiam um capitão, que dirigia e supervisionava o trabalho dos seus membros, e contratavam carretos com algumas casas de comércio” (54).

Mr. Andrews notou que, no Rio,

“alguns dos melhores empregados eram escravos que pertenciam a pessoas das classes superiores, e que rece-

(49). — Kidder, *op. cit.*, I, pág. 180.

(50). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 195.

(51). — *Ibid.*, pág. 370.

(52). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 184.

(53). — Rev. James C. Fletcher and Rev. D. P. Kidder, *Brazil and the Brazilians portrayed in historical and descriptive sketches*. Nova edição, revista e aumentada. Londres, 1866, pgs., 134-135.

(54). — William Lewis Herndon and Lardner Gibbon, *Exploration of the Valley of the Amazon, made under direction of the Navy Department*, Washington, D. C., 1854. I, pág. 337.

beram um treinamento especial. Neste caso, todo o salário recebido pertencia ao dono do escravo” (55).

Alguns proprietários tinham o hábito de mandar os seus
“escravos velhos e alquebrados”

esmolar pelas ruas, mas polícia conseguiu impedir completamente semelhante prática (56).

A maioria dos escravos do Brasil foi

“firmemente conservada nos distritos agrícolas mais ricos” (57),

e a escravatura nos campos, assumia características próprias, como era de se esperar. Falando de um modo geral, os escravos do campo eram menos valiosos do que os citadinos. Isso era especialmente verdadeiro antes de os agricultores se convencerem, o que aconteceu por volta de 1850, de que os dias do tráfico escravagista estavam contados. Dêsse momento em diante, cresceu o preço dos escravos, ao mesmo tempo que aumentaram os cuidados que lhes eram dispensados. Já não era

“considerado mais barato... usar um escravo durante cinco ou sete anos e, depois, comprar outro, do que cuidar bem dêle” (58).

E' claro que a situação variava de plantação para plantação. Algumas chegavam a empregar 2.000 escravos, ao passo que outras se contentavam com poucos braços. Algumas ofereciam excelentes condições de trabalho e alojamento para os seus escravos; outras não. Na época descrita por Ewbank, nas grandes plantações, por ocasião da safra de açúcar, cada três ou quatro semanas, os escravos gozavam de alguns dias de descanso, mas, nas plantações menores, êles costumavam trabalhar até morrer.

“Eu preferiria, mil vezes”, disse Mr. Ewbank, “ser um carneiro, um porco ou um boi; ter liberdade, alimento e descanso durante certo tempo e depois ser abatido, do que ser um escravo em certas plantações” (59).

Em 1846, visitando uma plantação nos arredores do Rio, Ewbank ficou conhecendo

(55). — Andrews, *op. cit.*, pág. 19.

(56). — Kidder and Fletcher, *op. cit.*, pág. 128.

(57). — Andrews, *op. cit.*, pág. 312.

(58). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, pág. 132.

(59). — Ewbank, págs. 439-440.

“os costumes patriarcais dos velhos fazendeiros portugueses”. “A mãe do atual proprietário”, relatou, “uma venerável senhora de 90 anos, recentemente falecida, manteve os seus escravos sob o seu domínio, até a sua morte. Instruía-os cuidadosamente, ensinando-os, em primeiro lugar, a dirigirem as suas preces à Virgem. Tôdas as noites, o sino do pórtico, que acordava os escravos para o trabalho e que os chamava de volta do campo, convocava-os para as orações, que a velha portuguesa lia, na qualidade de chefe sobrevivente da família. Quando terminava, os seus filhos, netos e outros parentes cumprimentavam-na e os escravos um de cada vez, pedia a sua bênção para a noite. Às vêzes, despertava todos, brancos e negros, às duas da madrugada para rezar as matinas. Um velho negro perturbava-a enormemente: “Trabalho, trabalho, trabalho o dia inteiro”, dizia, “e reza, reza, a noite inteira — nenhum negro pode aguentar isso!” (60).

De acôrdo com Codman, na imperial plantação de Santa Cruz, os escravos do Imperador não trabalhavam nem nos sábados, nem nos domingos, nem nos principais feriados, isto é, trabalhavam apenas metade do ano. Ao invés de serem alimentados pelo dono, como era costume, recebiam uma quantia todos os dias, para o seu sustento (61).

Agassiz ficou encantado com a visita que fêz a uma fazenda, admiravelmente bem dirigida, nas margens do Paraíba.

“Fomos recebidos”, disse êle, “com uma hospitalidade facilmente igualada fora do Brasil, pois não perguntam quem você é, nem de onde vem; abrem, simplesmente, as portas da casa, para todos os viajantes. E’ verdade que, nessa ocasião, nós eramos esperados; todavia, não é menos certo que, nessa fazenda, cuja sala de jantar, tem acomodações para uma centena de pessoas, se necessário, todo e qualquer viajante tem liberdade de parar para descansar e restaurar as suas forças”.

Ainda de acôrdo com Agassiz, essa fazenda tinha cêrca de 2.000 escravos, 30 dos quais serviam como criados. A fazenda tinha

“tudo que tal população poderia necessitar: farmácia e hospital, cozinha para hóspedes e para criados, igreja, padre e médico” (62).

(60). — *Ibid.*, pág. 75.

(61). — Codman, *op. cit.*, pág. 103.

(62). — Agassiz, *op. cit.*, págs. 119-120.

Na “Fazenda Brever”, o professor Agassiz, certa ocasião, depois do jantar, ouviu música fina,

“tocada por uma banda de música, composta só de escravos da propriedade. O amor que os negros sentem pela música é notável e, aqui, esmeram-se em cultivá-la. O sr. Breves mantém um professor para ensiná-los, e eles são, realmente, muito bem treinados” (63).

De fato, não é raro encontrar músicos nas grandes fazendas. Anos mais tarde, em 1884, Mr. Andrews relatou que o Sr. Vergueiro também mantinha uma banda de música na sua fazenda de café, na província de São Paulo (64).

No Brasil, em geral, os escravos eram muito bem tratados, como os visitantes americanos, muitas vezes puderam observar. Codman, por exemplo, não gostava dos brasileiros, mas confirmou a bondade por eles demonstrada.

“Qualquer que seja a nossa opinião”, disse êle, “a respeito das deficiências e vícios dos brasileiros, como sendo maiores do que os nossos, êsse é o resultado da minha observação, e eu acredito que todos os que investigaram o problema, concordam com a afirmação de que os brasileiros, em geral, são patrões indulgentes e bondosos, que tratam os seus escravos com mais brandura do que é comum entre outros povos, onde a “instituição” existiu nos tempos modernos” (65).

O Rev. Colton tinha feito a mesma observação, alguns anos antes.

“As condições da população escrava, aqui, são muito menos ignóbeis e infelizes, do que esperava encontrar. Os escravos são, em geral, tratados com bondade e humanidade pelos seus donos” (66).

No Pará, conforme John Esaias Warren relatou em 1851, prevalecia a mesma situação.

“Os brasileiros são conhecidos pela bondade com que tratam os seus escravos, e isso é verdade especialmente no Pará. Aqui, êles são tratados com extraordinária clemência e, comparativamente pouco trabalho lhes é exigido” (67).

(63). — *Ibid.*, pág. 21.

(64). — Andrews, *op. cit.*, pág. 155.

(65). — Codman, *op. cit.*, pág. 201.

(66). — Colton, *op. cit.*, pág. 112.

(67). — John Esaias Warren, *Pará or Scenes and Adventures on the Banks of the Amazon*, New York, 1851, pág. 65.

Alguns proprietários tratam os seus escravos como se êles fôsem seus filhos (68). Em compensação, os escravos demonstram, freqüentemente, uma grande afeição pelos seus donos. Codman relata um exemplo, em que uma senhora bastante corpulenta, com mais de 100 quilos, foi calorosamente recebida pelos seus escravos, depois de uma prolongada ausência.

“Êles, literalmente, tomaram a sua proprietária... nos seus braços e “carregaram-na” para dentro da casa, abraçando-a e beijando-a, gritando e dançando”. Mr. Codman alegrou-se com o calor da recepção, “porque gosto de ver o leite da bondade humana, seja branca ou preta a fonte de que provém” (69).

Mesmo assim, nem todos os escravos conformavam-se com a sua sorte, embora os seus donos os tratassem com humanidade, porque o suicídio, conforme os americanos salientaram, era muito comum no Brasil (70).

Os escravos, da mesma forma que qualquer outra pessoa, poderiam se comportar mal; no Rio, quando isso acontecia, êles podiam ser enviados à “Casa de Correção” (71). Eram vários os tipos de punição. Podiam ser acorrentados uns aos outros. Em 1831, Ruschenberger viu

“grupos de escravos presos por correntes de 30 a 40 metros de extensão..., transportando sacos de café ou de açúcar nas cabeças... Cada um desses grupos era acompanhado por um soldado negro, que trazia uma baioneta desembalhada numa das mãos e um pesado chicote, na outra” (72).

Quando eram dados à embriaguês, podiam ser obrigados a usar máscara (73). Podiam, também, ser algemados e ter as pernas presas em cepos de madeira (74). Nem a idade nem o sexo excluiam o escravo da possibilidade de ser algemado (75). Como punição ou precaução,

“um pesado tronco de árvore era prêso por uma corrente ao pescoço ou às pernas do escravo que tivesse fugido uma vez ou que se mostrasse inclinado a tal...” (76).

(68). — Cf. Kidder, *op. cit.*, págs. 159-160.

(69). — Codman, *op. cit.*, pág. 135.

(70). — Cf. Fletcher and Kidder, *op. cit.*, pág. 132; Ewbank, *op. cit.*, pág. 281 e 440-441.

(71). — Kidder, *op. cit.*, I, 99-100.

(72). — Ruschenberger, *op. cit.*, pág. 31.

(73). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 437.

(74). — *Ibid.*, págs. 437-438.

(75). — *Ibid.*, pág. 116.

(76). — *Ibid.*

Apesar de os brasileiros terem a reputação de humanos, alguns proprietários eram especialmente cruéis. Certo português, que vivia próximo da casa de Mr. Ewbank, no Rio, costumava mandar um dos seus escravos buscar água três ou quatro vezes por dia,

“com uma gargantilha de ferro que apresentava um esporão ponteagudo de um lado e outro menor do outro” (77).

Os escravos também podiam ser executados, no caso de cometerem crimes graves, mas o tradicional costume “da última vontade” valia para eles também.

“O velho costume português de satisfazer todos os desejos do condenado, em relação a alimentos e roupas, ainda continua sendo seguido”, escreveu Mr. Stewart, em 1851, e, “nas vinte e quatro horas que precedem a sua execução, o mais pobre dos escravos negros pode pedir qualquer coisa que a sua fantasia imaginar: charutos, vinho e luxos de toda espécie estão ao seu dispor” (78).

A ausência de preconceito racial e de uma segregação baseada na cor, no Brasil, surpreendia todos os viajantes americanos. Não havia, sem dúvida, nenhuma segregação racial, nem nenhum preconceito contra as alianças inter-raciais. Mr. Codman não aprovava a solução encontrada pelo brasileiro para o problema do negro, mas foi forçado a admitir que, no fim de contas, era uma solução.

“Não há esta amedrontadora questão de raças, nem o problema que estamos agora solucionando, a saber: se raças diferentes podem viver harmoniosamente, trabalhando, votando e governando juntos, ou se a raça mais fraca deverá sucumbir em face da superior. Aqui, a fusão geral, atualmente já bastante grande, completar-se-á um dia, e nós podemos predizer, ante a aniquilação de toda a mistura antinatural, do que o desaparecimento dos seus dois componentes” (79). Acrescentou ainda, que, no Brasil, além disso, “não há distinção entre brancos, pretos e mestiços, que possa agir como uma barreira contra relações sociais ou progresso político” (80). “O sangue negro, ajuntou, estava circulando em toda parte, como um preparado farmacêutico”. “O sangue africano circula li-

(77). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 77.

(78). — Stewart, *Brazil and La Plata*, pág. 302.

(79). — Codman, *op. cit.*, pág. 155.

(80). — *Ibid.*, pág. 153.

vrememente, tanto por corredores de mármore, quanto pelas valetas mais sórdidas..." (81).

As observações de Codman foram corroboradas por outros viajantes americanos. De acôrdo com Fletcher e Kidder, nos E. U. A., os obstáculos colocados no caminho do negro livre eram intransponíveis. A raça anglo-saxônica, escreveu êle, poderia

"ser levada a ter piedade do negro, mas não a aceitá-lo socialmente".

No Brasil dá-se o contrário; o mérito é mais importante do que a côr. Assim,

"se um homem fôr livre, tiver dinheiro e qualidades, nenhum círculo social recusa-lo-á, por mais prêto que seja a sua pele" (82).

Fletcher e Kidder relataram que

"alguns dos mais inteligentes homens... no Brasil... homens educados em Paris e em Coimbra — eram de descendência africana e contavam escravos entre os seus ancestrais" (83).

Em 1846, Ewbank observou que no Rio, muitos ricos eram de côr.

"Encontrei muitas senhoras negras, vestidas de sêda e ostentando jóias, seguidas por escravos, que envergavam librês. Hoje, uma delas passou-me à frente, em sua carruagem, com lacaio e cocheiro fardados. Muitas delas são casadas com brancos. Tanto o primeiro médico da cidade, quanto o Presidente da Provincia são negros. A Viscondessa de C...a, e dezenas de famílias de projeção são negras" (84).

Não havia segregação nos restaurantes. Segundo Ruschenberger, na sala do café da Ópera do Rio,

"brancos e pretos, mostravam-se alegres e barulhentos, comiam e bebiam juntos, aparentemente, nos mais intimos têrmos de igualdade" (85).

Num restaurante do Rio, Ewbank viu jovens negros entrarem, sentarem-se, sem hesitações, junto com brancos e, de igual

(81). — *Ibid.*

(82). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, págs. 133, 138.

(83). — *Ibid.*, pág. 133.

(84). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 267.

(85). — Ruschenberger, *op. cit.*, pág. 64.

para igual, tomarem parte na conversação (86). Também não havia segregação nos transportes públicos.

“Um negro livre, quando decentemente vestido (isto é, sapatos e gravata) pode sentar-se nos lugares públicos e nos veículos de transporte público, tão livremente quanto as pessoas de pele branca como a neve” (87),

relatou Ewbank. Não havia segregação nas escolas. Fletcher e Kidder escreveram:

“Nos colégios, escolas de medicina, direito e teologia não havia distinção de côr” (88).

No colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, a melhor escola secundária do país,

“havia estudantes de tôdas as côres — brancos, negros e mestiços — e, mesmo um dos professôres, que estava encarregado de mais avançada classe de Latim, era prêto”.

Na opinião de Mr. Agassiz, isto

“demonstrava a inexistência de qualquer preconceito contra os negros...” (89).

De acôrdo com o que Ruschenberger relatou em 1831, na Ópera do Rio,

“brancos e pretos mostravam-se promiscuamente misturados” (90).

Quando as estradas de ferro foram construídas, não havia, aparentemente, segregação nelas. Mr. Andrews observou que na Central do Brasil

“não havia discriminação, baseada na côr” (91).

Nas barcas que cruzavam a baía do Rio, por exemplo, Fletcher e Kidder notaram que eram cobrados dois preços, um para as pessoas descalças e outro para os que tinham sapatos (92). Se você fôsse um escravo, você não seria admitido num ônibus do Rio,

(86). — Ewbank, *op. cit.*, pág. 135.

(87). — *Ibid.*, pág. 78.

(88). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, pág. 133.

(89). — Agassiz, *op. cit.*, pág. 64.

(90). — Ruschenberger, *op. cit.*, pág. 64.

(91). — Andrews, *op. cit.*, pág. 135.

(92). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, págs. 133-134.

“exceto no caso da ama de leite de uma criança branca no exercício das suas funções. Ao mesmo tempo, nenhuma pessoa livre, que estivesse “decentemente trajada”, e que tivesse dinheiro para pagar a sua passagem, deixaria de ser admitida” (93).

A situação do Brasil estava, obviamente, em nítido contraste com a que imperava nos E. U. A.

“Nós americanos preconizamos humanidade, liberdade e igualdade”, observou o Rev. Mr. Colton, em 1846, “e, logo em seguida, torcemos os nossos benditos narizes, quando um africano senta-se à nossa mesa num navio. Mesmo nas nossas igrejas êle é obrigado a procurar um canto obscuro, ou a esgueirar-se para entrar no céu, como se não tivesse direito ao “caminho estreito”. A calamidade reside no fato de que aquêles que proclamam a igualdade em vozes mais altas são, exatamente, os últimos a praticá-la” (94).

Mr. Agassiz achava que os E. U. A. deveriam, em muitos assuntos, seguir o exemplo do Brasil.

“Parece-me que temos algo a aprender aqui neste país, no que toca às nossas dificuldades a respeito da posição da raça negra entre nós, porque os brasileiros estão tentando, gradualmente e por etapas, realizar muitas das experiências que tentamos brutalmente, sem uma preparação prévia” (95).

Considerando-se a harmonia que existia entre as raças, era evidente que os brasileiros das classes superiores deveriam aceitar a abolição da escravatura, como um fato inevitável e desejável. Não havia nenhuma intransigência a êsse respeito, mesmo por parte do brasileiro médio. Era, simplesmente, uma questão de momento adequado. Agassiz ficou encantado com a atmosfera de liberdade que cercava as discussões a respeito da emancipação. Não se apresentava,

“aqui, aquêle fantasma político, que existia entre nós. O assunto era discutido de uma maneira calma e liberal, em tôdas as classes...” (96). “...havia um sentimento geral contra a instituição”, afirmou, “e parece que todo mundo concorda que ela irá desaparecer, antes que muitos anos sejam decorridos” (97).

(93). — Kidder, *op. cit.*, pág. 161.

(94). — Colton, *op. cit.*, pág. 113.

(95). — Agassiz, *op. cit.*, pág. 128.

(96). — *Ibid.*, pág. 65.

(97). — *Ibid.*

A libertação dos escravos nos E. U. A. foi recebida no Brasil como um prenúncio de que a escravatura iria desaparecer em tôdas as outras regiões do globo, mas a perspectiva do aparecimento de uma sociedade livre não alarmou os brasileiros (98). Codman, que visitou o Brasil em 1866, também pensava que a abolição da escravatura era iminente.

“O choque, para a sociedade”, escreveu, “não será, no Brasil, tão grande quanto aqui, e a ausência de distinções de côr ajudará a integração dos pretos no corpo político. A abolição não provocará a extinção da raça inferior, mas a massa total dos mulatos viverá ou morrerá junta, conforme o futuro o determinar” (99).

Depois da Guerra Civil americana, tudo conspirava no Brasil para se conseguir a abolição da escravatura, mas por um processo gradual. Pelo decreto de 6 de novembro de 1866 concedia-se liberdade aos escravos homens (e às suas mulheres também, quando fôssem casados), que fôssem admitidos no exército (100). Pela lei de 28 de setembro de 1871, a extinção eventual da escravatura, pasou a ser prevista legalmente, isto é, foi proclamada uma lei que declarava livres, aos 21 anos, tôdas as crianças que, a partir dêsse dia, nascessem de escravos. Ao mesmo tempo, a lei concedia liberdade aos escravos da Côrôa e provia recursos para a constituição de um fundo, para compra e libertação de escravos. Êsse fundo de emancipação seria constituído pelas rendas provenientes das taxas que incidiam sôbre os escravos, pela taxa de venda e doação de escravos, por certas loterias, pelas multas a que a lei dava lugar, juntamente com apropriações públicas e doações de particulares. Êsse fundo seria repartido proporcionalmente entre as diversas províncias. Entre 1871 e 1886, o Fundo de Emancipação libertou 24.165 (101) escravos, pelo preço de 325 dólares **per capita** (102); mas, essas cifras não contam a história tôda. Durante o mesmo período morreram 200.000 escravos e outros 100.000 obtiveram a sua liberdade por outras vias (103).

De fato, a emancipação concedida por livre vontade dos patrões

“era freqüente em todo o país” e era, “aparentemente, encorajada pela simpatia popular” (104).

(98). — *Ibid.*, pág. 49.

(99). — Codman, *op. cit.*, pág. 184.

(100). — Joaquim Nabuco, *O abolicionismo*, Londres, 1883, pág. 61.

(101). — Andrews, *op. cit.*, pág. 329.

(102). — *Ibid.*, pág. 311.

(103). — *Ibid.*

(104). — *Ibid.*, pág. 312.

Uma ama leal era, comumente, premiada com a alforria (105). Por ocasião do casamento da Princesa Imperial com o Conde D'Eu, em 16 de outubro de 1864, o Imperador libertou os escravos que faziam parte do dote da Princesa (106). Em 3 de maio de 1866, o Cônego Geral da Ordem dos Beneditinos, declarou livres os filhos dos seus 1.600 escravos, ação essa que levou o Imperador a chamar o Abade Geral da Abadia Beneditina do Rio, para congratular-se pessoalmente com êle (107). O sexagésimo aniversário do Imperador, em 2 de dezembro de 1885, deu ao Conselho Municipal do Rio oportunidade de libertar 133 escravos, empregando fundos que, para essa finalidade, foram angariados em festas particulares (108).

A lei também encorajava o escravo a comprar a sua própria liberdade.

“Em alguns casos em que não havia testamento”, escreveram Fletcher e Kidder “um escravo pode comparecer diante de um magistrado, ter o seu preço fixado, e comprar-se...” (109).

Havia, também, outros casos em que era possível (e não incomum) (110) a um escravo comprar-se a si próprio. Muitos escravos tinham oportunidade de ganhar dinheiro suficiente para isso. Na fazenda do sr. Mariano Procópio Ferreira Lage, não muito distante de Juiz de Fora, uma quota de trabalho era atribuída a cada escravo, e todo aquêle que conseguisse ultrapassar a sua quota era recompensado pelo seu esforço. Mr. Agassiz observou que êste sistema dava ao escravo que fôsse um bom trabalhador

“uma oportunidade de ganhar um pouco de dinheiro, que seria só seu. A noite, todos apresentavam os seus cartões e eram, imediatamente, pagos por qualquer trabalho extra realizado” (111).

No Pará, em 1851, Mr. Warren observou que, depois de terem realizado as tarefas que lhes eram atribuídas, os escravos dispunham do resto do dia para trabalhar em seu próprio benefício.

(105). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, pág. 134.

(106). — *Ibid.*, pág. 139 n.

(107). — B. Mossé, *Dom Pedro II empereur du Brésil*, Paris, 1889, pág. 184.

(108). — Andrews, *op. cit.*, pág. 83.

(109). — Fletcher e Kidder, *op. cit.*, pág. 133.

(110). — Cf. Agassiz, *op. cit.*, pág. 129.

(111). — *Ibid.*, pág. 115.

“Mesmo os seus proprietários costumavam pagar-lhes”, disse êle, “por qualquer trabalho realizado além da quota estipulada” (112).

Em resumo, tudo contribuía para encorajar as concessões de alforria. Como muito bem foi dito por Mr. Agassiz,

“tudo isso contribuía inevitavelmente para a morte natural da escravatura” (113).

Não havia, naturalmente, nenhum modo de se saber quando, por êsses processos naturais, o Brasil se transformaria num país livre, num mundo livre. Em 1885, Mr. Andrews pensava que seria

“muito provável que os americanos, ainda durante um quarto de século, continuariam tomando café, produzido pelo trabalho escravo” (114).

E, provávelmente, isso aconteceria se o clamor público em prol de uma emancipação imediata não se tivesse tornado tão grande. Assim, a escravatura recebeu o tiro de misericórdia através do Ato da Abolição, datado de 1888. O dia do ajuste de contas veio cêdo demais para os interêsses agrícolas existentes no país, e isso, certamente, contribuiu para a queda da Monarquia, que ocorreu no ano seguinte. Mas, embora a transição de uma economia escravagista para uma economia livre não tenha sido conseguida sem um ajustamento (que a muitos respeitos ainda continua a ser feito), o Brasil conseguiu conquistar o seu auto-respeito, sem uma guerra civil e sem ódios raciais.

MANOEL CARDOZO

da The Catholic University of America (E.U.A.).

(112). — Warren, *op. cit.*, pág. 65.

(113). — Agassiz, *op. cit.*, pág. 129.

(114). — Andrews, *op. cit.*, pág. 324.